

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.661 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2003



Roosevelt Pinheiro

Bush destrói busca de convivência pacífica entre nações, diz Sarney

Presidente do Senado volta a ocupar a tribuna para condenar a iminente invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Segundo ele, pela primeira vez na história da Humanidade surge “um ditador mundial” e a vontade de um homem só impõe-se para todos os países.

Senador Ramez Tebet é presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

CAE convida ministra para debate sobre refinaria no NE

A Comissão de Assuntos Econômicos vai convidar a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para discutir a implantação de uma nova refinaria de petróleo no Nordeste.

PÁGINA 6



Gerardo Magela

Comissão ouve embaixadores do Iraque e Estados Unidos

Os embaixadores do Iraque e dos Estados Unidos no Brasil, Jarrallah Alobaidy e Donna Jean Hrinak, serão ouvidos sobre o conflito, em reuniões reservadas, pelos integrantes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados. Alobaidy vai

expor as razões do seu país amanhã, às 10h, enquanto Donna Hrinak falará aos parlamentares no dia 3 de abril.

Os diplomatas foram convidados pelo senador Eduardo Suplicy e pediram que as reuniões sejam realizadas em dias diferentes, para não se encontrarem.

Sarney declarou-se chocado com foto de Bush, Blair e Aznar sorrindo ao anunciar a guerra

PÁGINA 3

Conselho de Ética abrirá sindicância sobre grampo

Por nove votos a seis, o Conselho de Ética decidiu, ontem, realizar sindicância sobre o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães nas denúncias de grampos telefônicos na Bahia.

PÁGINA 9

Mantega diz que salário mínimo não terá aumento real

Durante depoimento na Comissão Mista de Orçamento, ontem à tarde, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse ser muito “difícil” para o governo federal conceder aumento real do salário mínimo este ano.

PÁGINA 5



Márcia Kalume

Mantega (E) e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci (C), estiveram ontem à tarde na comissão

Prêmio Bertha Lutz anuncia as cinco ganhadoras

PÁGINA 8



Roosevelt Pinheiro

Para Mozarildo, artigos escritos por Agaciél Maia devem constar dos Anais do Senado

Mozarildo elogia artigos sobre vida de Sarney

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) enalteceu os artigos escritos pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, sobre a trajetória política e as atividades literárias do presidente do Senado, José Sarney. — Ele foi muito bem-sucedido em resumir sua biografia política e seus dotes de escritor — disse. O artigo, intitulado “Sarney, político da paz”, foi publicado no jornal mineiro *Hoje em Dia*, no dia 14 deste mês, enquanto “Sarney, político do bem” foi publicado no jornal *O Estado do Maranhão*, no dia 3. Mozarildo pediu que os textos dos artigos constassem dos Anais do Senado, argumentando que eles retratam, com fidelidade, os princípios democráticos e de defesa da paz mundial que têm norteado a vida de José Sarney em sua trajetória política e literária de quase meio século.

Projeto amplia verbas para universidades da Amazônia

Plenário examina proposta de Mozarildo Cavalcanti que garante novos recursos a instituições federais de ensino superior da região

Em segundo turno, o Plenário do Senado deve votar amanhã proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina o percentual de 0,5% da arrecadação dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação nas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal.

Atualmente, a União repassa 47% do que arrecada com o IPI e com o Imposto de Renda da seguinte forma: 21,5% aos estados e Distrito Federal por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE); 22,5% aos municípios, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e 3% aos fundos



Roosevelt Pinheiro

Jonas Pinheiro é favorável ao projeto que normatiza agricultura orgânica

constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A PEC aumenta o percentual para 47,5%, a fim de repassar a diferença de 0,5% para essas universidades. Já os percentuais destinados ao FPE, FPM e fundos

constitucionais continuam os mesmos.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto oriundo da Câmara destinado a normatizar a agricultura orgânica. A proposta recebeu parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) na Comissão de Assuntos Econômicos. De iniciativa do governo, será também votado projeto disposto pelo poder público a cooperativas de trabalho cujos membros sejam integrantes de comunidades carentes.

E, em regime de urgência, o Plenário vota projeto restabelecendo resolução que autoriza a Bahia a renovar as garantias prestadas às operações de crédito no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera.

Aécio pede apoio a indicação de Itamar

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, solicitou ao presidente do Senado, José Sarney, apoio à aprovação da indicação do ex-governador Itamar Franco para ocupar a embaixada do Brasil na Itália. O pedido foi ratificado pelos três senadores de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), Hélio Costa (PMDB) e Aelton Freitas (PL), que também participaram da audiência. Itamar Franco, que foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá seu nome submetido à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e do Plenário da Casa.

— Como governador de Minas, e contando com o apoio dos três senadores do estado, vim fazer esse apelo, até porque a indica-



Geraldo Magalhães

Aécio Neves (C) conversa com José Sarney, acompanhado pelos senadores mineiros Aelton Freitas, Hélio Costa e Eduardo Azeredo

ção de Itamar é uma honra para o Brasil e um privilégio para a Itália, que vai ter um ex-presidente da República, um homem de grande estatura moral como representante do Brasil. Considero a posição contrária à aprovação da indicação do ex-governador uma ofensa a Minas Gerais — afirmou Aécio.

Os principais problemas enfren-

tados por Minas foram debatidos na reunião. Aécio Neves informou que a conversa também girou em torno das questões emergenciais que dizem respeito ao estado. Ele antecipou a Sarney alguns pontos de um programa de segurança pública, em parceria com o governo federal, que deverá anunciar na próxima terça-feira.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

10h — Recebe Alberto Ferrari Echeverry, presidente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade San Martin, de Buenos Aires
10h30 — Recebe o embaixador da Rússia, Vassili Gramov
11h — Recebe o embaixador Marco Cesar Naslousky, diretor-geral da Agência Brasileira de Cooperação, do Itamaraty
11h30 — Recebe o embaixador Jerônimo Moscardo de Souza
15h — Comparece à cerimônia de outorga da medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados ao arquiteto Oscar Niemeyer. *Salão Nobre da Câmara*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão em turno único, em regime de urgência, dos PRs nº 1/03, altera a Resolução nº 66/02 para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada (EDC) e retificar a definição de “amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas e o Bank Leumi LE-Israel B.M.; 3/03, restabelece a Resolução nº 20/01, restabelecida pela Resolução 25/02, ambas do Senado (autoriza o estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauera Baiana); e 6/03, que autoriza o Brasil a contratar a operação de crédito externo com o Bird; votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição (destina o percentual de 0,5% da arrecadação dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; Mensagem nº 60/03, solicita a retirada da Mensagem nº 140/03, indicando o nome de Angelo André Matarazzo para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer o de embaixador do Brasil junto à Albânia; PLC nº 66/01, dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo poder público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao artigo 24 da Lei nº 8.666/93; PLC nº 14/02, dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802/89; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3
11h — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Embaixadores do Iraque e dos EUA falam sobre guerra

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai realizar duas reuniões conjuntas e reservadas com a CRE da Câmara dos Deputados para ouvir os dois lados do conflito no Golfo Pérsico. O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), convidou o embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, e a embaixadora dos Estados Unidos, Donna Jean Hrinak, para exporem as razões dos respectivos países para o iminente conflito armado. A única exigência dos diplomatas foi que as reuniões se realizem em dias diferentes, para que não se encontrem.

O embaixador do Iraque será o primeiro a ser ouvido pelos parlamentares, amanhã, às 10h, no Senado. A embaixadora dos EUA será recebida no dia 3 de abril, às 10h.

EMBAIXADORES

A CRE aprovou ontem a indicação de diplomatas para os cargos de embaixador do Brasil junto à Bolívia, Timor-Leste e Zimbábue. Os diplomatas indicados são Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para a Bolívia; Kywal de Oliveira, para o Timor-Leste; e George Ney de Souza Fernandes, para o Zimbábue. A aprovação definitiva dos indicados ainda depende



Suplicy preside a CRE, que ouvirá os embaixadores em reuniões reservadas

de votação pelo Plenário do Senado.

O embaixador Sérgio Amaral também seria sabatinado ontem, mas, devido a complicações em uma cirurgia para retirada da vesícula, não pôde comparecer. Suplicy informou que fará visita ao embaixador na próxima sexta-feira e tentará marcar nova data para a sabatina na CRE.

FLORESTAS

A comissão ainda aprovou o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais, celebrado entre os governos do Brasil e da Alemanha, quando o chanceler Gerhard Schröder esteve em Brasília, em 14 de fevereiro do ano passado.

Para Sarney, Bush destrói busca de convivência pacífica

Presidente do Senado condena decisão norte-americana e diz que pela primeira vez na história existe um "ditador mundial"

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, em discurso no Plenário, que a decisão do presidente norte-americano, George W. Bush, de atacar o Iraque mesmo sem o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta para um dos piores momentos da história do século 21, não somente pelo uso da violência, mas também porque significa o fim do processo que permitiu a convivência pacífica entre as nações. "É o fim de um processo construído há dois séculos entre as nações, por meio dos organismos dos quais as Nações Unidas são uma síntese, buscando uma convivência pacífica", assegurou.

Sarney também lamentou que, pela primeira vez na história da Humanidade, exista um "ditador mundial", uma só pessoa como "juiz do que está certo e errado". Para ele, a palavra do presidente americano foi "muito direta" quando disse, justificando a invasão do Iraque, que "se as Nações Unidas não cumprem seu dever, os Estados Unidos vão cumprir com o seu". A palavra de Bush,

Sarney voltou à tribuna para criticar a iminente invasão do Iraque



Roosevelt Pinheiro

observou o presidente do Senado, expressa "a lei da força, a primitiva lei da selva, hoje com armas extremamente sofisticadas".

— Ele quis dizer que hoje temos, pela primeira vez na história da Humanidade, um ditador mundial. Não somente um ditador de um determinado país, mas aquele que dita quais são as normas pelas quais o mundo inteiro deve se conduzir. E,

mais ainda, que ele é o juiz do que está certo, do que está errado, acima das Nações Unidas — destacou.

Sarney lembrou que o próprio Bush afirmou que, quando se trata da segurança dos EUA, os americanos não precisam pedir permissão a ninguém. Acrescentou que o presidente americano não é uma voz isolada, pois opiniões semelhantes aparecem na imprensa americana.

Senador vê imposição da vontade de um homem só

José Sarney citou artigo publicado no jornal *Washington Post*, o qual afirma que a Organização das Nações Unidas (ONU) não é "uma boa idéia mal implementada, mas sim uma má idéia". Citou também o vice-presidente americano, Dick Cheney, segundo o qual nunca antes, na história, a ordem internacional de segurança foi tão favorável aos interesses norte-americanos, o que requer uma liderança política norte-americana, no lugar daquela exercida pelas Nações Unidas.

— Nós devemos todos refletir sobre essas frases que dizem tudo o que se pode dizer sobre uma etapa da Humanidade em que a vontade de um homem só impõe inexoravelmente a todo o mundo a destruição de um arcabouço jurídico internacional, construído através de um organismo que os próprios americanos conceberam e criaram — afirmou o presidente do Senado.

Sarney comentou editoriais de dois jornais sobre o anúncio da guerra. O francês *Le Monde* cha-

ma de "eixo" a união entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e Espanha para a guerra. Na Segunda Grande Guerra, a palavra "eixo" definia a união da Alemanha nazista e da Itália fascista com o Japão. O *Le Monde* ressalta o fracasso da diplomacia americana. Já o *The New York Times* ridiculariza a comparação feita por Bush, entre o esforço pela paz e o Pacto de Munique. O jornal, segundo Sarney, afirmou que "o acordo de 1938 foi a submissão da Inglaterra e França ao ultimato alemão".

O presidente do Senado mostrou a foto, publicada nos jornais de todo o mundo, dos três líderes — o presidente norte-americano, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e o primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar — "anunciando a guerra, a violência e a destruição das Nações Unidas".

— Eles estavam sorrindo, como se estivessem em uma festa de aniversário, em um momento de congratulações ou, como diziam os ingleses quando ocupavam a Índia, como se estivessem cami-

nhando para uma caçada de tigres, o esporte predileto deles na época — frisou.

José Sarney finalizou lembrando as palavras do papa João Paulo II, sobre a decisão de Bush de concretizar as ameaças feitas ao Iraque: "Os que se lançam à guerra vão responder perante Deus e suas consciências".

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) destacou que apenas dois presidentes, nas Américas, têm autoridade para falar sobre a guerra: Jimmy Carter, nos Estados Unidos, e José Sarney, no Brasil. O representante capixaba recordou os esforços de Sarney para conter a "corrida atômica militar" entre Brasil e Argentina — criando, em seu lugar, o Mercosul — e sua intermediação para garantir a paz entre o Peru e o Equador.

Presidindo a sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) assinalou que o Senado se via mais uma vez agraciado com um pronunciamento de Sarney a favor da paz.

CCJ examina Estatuto de Defesa do Torcedor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje o projeto de lei que institui o Estatuto de Defesa do Torcedor. A matéria, de autoria do Poder Executivo, tramita em regime de urgência também nas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), e chega à CCJ em pauta extra.

O relator na CCJ, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), deve apresentar seu voto durante a reunião. O projeto, que estabelece garantias e direitos dos torcedores esportivos, recebeu apenas uma emenda, apresentada pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). A matéria também é relatada pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), na CE, e Sérgio Guerra (PSDB-PE), na CAS.

Também em pauta extra será apreciado pela CCJ, em turno suplementar, o substitutivo do ex-senador Casildo Maldaner ao projeto de lei do ex-senador José



João Alberto vai relatar proposta que garante direitos do torcedor

Fogaça que regula as atividades de fomento mercantil, também conhecido como *factoring*. De acordo com o substitutivo, as empresas de *factoring* só poderão ter receitas operacionais compostas de comissão de prestação de serviços, diferencial na aquisição de créditos e outras que não entrem em conflito com as operações de natureza das instituições financeiras.

Pavan quer garantir execução de convênios

Senador considera injusta decisão que sustou acordos, assinados com municípios, que não tenham sido efetivados em 2002 e apela ao governo para que examine o mérito e a necessidade de cada contrato

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou injusta a decisão do governo federal de editar um decreto sustando boa parte dos convênios assinados com os municípios, que não tenham sido efetivados em 2002. Para ele, não é possível aceitar uma situação em que contratos aprovados e assinados agora “não valham mais nada”.

Leonel Pavan alertou para o fato de o decreto conter uma cláusula prevendo a efetivação do convênio, caso o presidente da República ou os ministros do Planejamento e da Fazenda decidam autorizar as despesas previstas.

— Isso me cheira a apadrinhamento, em que alguns prefeitos serão beneficiados em detrimento de outros — advertiu.



Leonel Pavan: cláusula sobre validade de convênios cheira a apadrinhamento

Pavan fez um apelo ao governo federal, no sentido de “separar o joio do trigo”, examinando o mérito e a necessidade de cada contrato já assinado, para identificar as obras que são do verdadeiro interesse da população e liberar

aqueles que tenham sido considerados válidos.

O senador disse que o decreto não pode servir de instrumento para permitir “uma terrível injustiça, favorecendo prefeitos do partido A, em detrimento daqueles do partido B”. Ele ressaltou que um contrato assinado não pode ser anulado “com uma simples canetada”.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que casos como esse demonstram a necessidade, cada dia mais urgente, de o Brasil adotar um modelo diferente de federação, em que estados e municípios tenham autonomia para pleitear verbas e definir suas prioridades.

Quintanilha cobra reparos na Belém-Brasília

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) voltou a cobrar, em pronunciamento no Plenário, a recuperação, “o mais rápido possível”, de dois trechos da rodovia Belém-Brasília, a BR-153, no estado do Tocantins.

Afirmando que pretende fazer valer o ditado “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, o parlamentar solicitou ao governo federal que determine a realização de reparos nos trechos da estrada entre Miranorte e Presidente Kennedy, e entre Colinas e Araguaína.

Ele também pediu o apoio dos senadores para rediscussão dos vetos apostos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na lei

sobre a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Os vetos eliminaram a vinculação de recursos obtidos com a Cide à preservação, conservação e restauração da malha rodoviária federal.

— Uma recuperação emergencial não gastará nem um décimo dos quase R\$ 8 bilhões que a Cide arrecadará — disse ele.

Leomar Quintanilha lembrou que a Belém-Brasília tem uma importância fundamental para o transporte de pessoas e mercadorias, além da prestação de serviços, para os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

O senador informou que a es-

trada tem hoje um tráfego muito maior do que aquele para o qual foi projetada, atingindo quase 4 mil veículos diariamente, a maior parte deles transportando cargas. Acrescentou que a rodovia foi planejada para receber caminhões com até seis toneladas e hoje nela trafegam veículos com 100 toneladas.

— É inconcebível o descaso, o abandono e o desprezo a ela legados — afirmou o senador, acrescentando que a situação precária da rodovia facilita o roubo de cargas.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou também ser ruim a situação das rodovias de Santa Catarina.

Microempresários levam pleito ao presidente Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na noite de ontem cerca de 50 representantes de entidades ligadas a cooperativas e microempresas. Eles estão em Brasília negociando uma solução para o veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que retirou do texto da Medida Provisória nº 66 algumas conquistas para os dois setores. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e vários deputados federais também participaram da reunião.

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas,

lembrou que a medida provisória teve seu projeto de conversão negociado e aprovado na Câmara e no Senado com emendas que restabeleciam a possibilidade de as cooperativas participarem do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

— Entretanto, essa parte do texto legal foi vetada na sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso, traindo acordo suprapartidário autorizado e aprova-



Roosevelt Pinheiro

Sarney vai encaminhar pleitos a Lula

do pelos líderes dos partidos políticos — explicou Márcio Lopes.

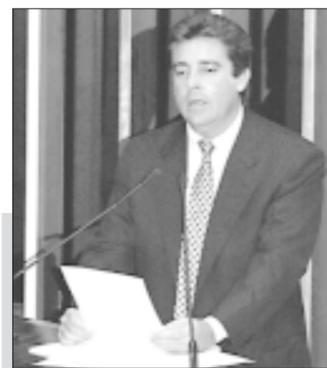
O projeto de conversão também restaurava a isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em atos cooperativos. O presidente José Sarney afirmou que levará o pleito dos cooperativados e microempresários ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Valmir Amaral propõe solução para crise de montadoras

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) manifestou preocupação com a crise que atinge o setor automotivo no país, com uma onda de demissões de metalúrgicos, altos preços, pátios de montadoras lotados e queda de faturamento das empresas produtoras de autopeças.

Para o representante do Distrito Federal, essa crise seria decorrente de anos de estagnação, nas décadas de 80 e 90, e, mais recentemente, da instabilidade cambial, do aumento da taxa de juros e do colapso de energia elétrica durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Como solução, Valdir Amaral apresentou duas propostas, uma delas visando à implementação de políticas de estímulo à produção industrial, a partir da reforma tributária. A outra, voltada para a área de autopeças, objetiva a remodelação da engenharia organizacional do setor automotivo, que envolveria o “abandono da estrutura piramidal”. O senador salientou que uma estrutura mais flexível permitiria que fornecido-



Valmir sugere estímulo à produção e mudança na estrutura das empresas de autopeças

res de autopeças se adaptassem competitivamente ao comportamento de clientes, concorrentes, governos e mercados.

Valmir Amaral fez um histórico da indústria automotiva brasileira, destacando que já a partir de 1950, quando foi definitivamente implantada, gerou milhares de empregos. “Estabeleceu-se, desde meados do século passado, uma estreita relação entre a saúde econômica de um país e a força de sua indústria automobilística”, disse o parlamentar.

Azeredo defende melhoria do atendimento em aeroportos

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) entende que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) deve melhorar as condições de atendimento aos passageiros, tanto nos vôos domésticos como nos internacionais. Por isso, apresentou requerimento convidando o presidente da empresa, o ex-senador Carlos Wilson Campos, a comparecer a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento será votado na próxima semana.

Azeredo defende a execução de projetos para acabar com a ociosidade de aeroportos como o de Confins, em Belo Horizonte, e o do Galeão, no Rio de Janeiro, além de aliviar a superlotação do Santos Dumont, no Rio, de Congonhas, em São Paulo, e da Pampulha, na capital mineira. Uma das propostas do senador Eduardo Azeredo é tornar o aeroporto de Confins um terminal de cargas, projeto que ele próprio havia iniciado como governador de Minas Gerais, em 1997.



Eduardo Azeredo quer comparecimento do presidente da Infraero a audiência na CAE

Jucá ressalta bons resultados do Fundef

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1998, é a mais bem-sucedida política brasileira de inclusão social.

— O Fundef estabeleceu regras mais justas, objetivas e transparentes para a distribuição e o repasse dos recursos, de acordo com o número de crianças matriculadas. Pelo prazo de uma década (até 2008), estados e municípios deverão aplicar o percentual mínimo de 15% das receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental — afirmou.

Pelas contas do senador, o acréscimo do valor aluno/ano em razão da criação do Fundef foi de 22,9% no primeiro exercício, estimando-se que tenha chegado próximo a 60% no ano de 2002. Jucá destacou os acréscimos previstos para as regiões Norte e Nordeste, nos quais os municípios receberiam aumentos de 130% e 117%, respectivamente.

O Fundef, segundo o senador, promoveu a valorização do corpo docente, com crescimento total de 10%, indicativo da criação de expressivo número de postos de trabalho. A remuneração média cresceu 29,5% entre dezembro de 1997 e junho de 2000, passando de R\$ 578 para R\$ 710 a jornada de 40 horas, informou. Os docentes com formação superior passaram de R\$ 1.005 para R\$ 1.278, também em 40 horas trabalhadas, acrescentou o senador.

Jucá lembrou ainda o lançamento do Programa Bolsa-Escola, que garantiu a presença das crianças de famílias em situação de pobreza absoluta nos estabelecimentos escolares, ajudando na erradicação do trabalho infantil. “O Bolsa-Escola é o maior programa de renda mínima associada à educação”, afirmou.

Mantega acha muito difícil dar aumento real para salário mínimo

Ministro do Planejamento fala à Comissão Mista de Orçamento e destaca esforço do governo federal para controlar gastos e buscar o equilíbrio fiscal do Estado

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, praticamente descartou, em depoimento na Comissão Mista de Orçamento, na tarde de ontem, a concessão de um aumento real elevado para o salário mínimo, a ser anunciado pelo presidente Lula da Silva nos próximos 40 dias.

— Está difícil. O aumento deve ser algo muito próximo da correção monetária — disse, respondendo a indagações de deputados de oposição, que lembraram a reivindicação do PT, nos últimos anos, para que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso elevasse o salário mínimo para US\$ 100.

Mantega e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vieram ao Congresso explicar adiamento de gastos de R\$ 14 bilhões do Orçamento aprovado no final de dezembro passado, o que afeta principalmente os projetos e programas beneficiados por emendas de deputados e senadores.



Guido Mantega (E) e Antonio Palocci (C) vieram ao Congresso explicar o contingenciamento de R\$ 14 bilhões do Orçamento da União

O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) lembrou que o PT fez um acordo na Comissão de Orçamento, no ano passado, para que o governo eleito em outubro de 2002 elevasse o salário mínimo para pelo menos para R\$ 240. Agora, com o recrudescimento da inflação nos últimos meses, só para acompa-

nhar a inflação o salário terá de ser elevado para R\$ 234, conforme cálculos do deputado.

Guido Mantega reafirmou que, nesse momento, um dos grandes objetivos do governo Lula é ganhar a confiança dos investidores. Por isso, cortou gastos de R\$ 14 bilhões, aumentou os juros

Palocci: “Só ajuste fiscal faz Brasil crescer”

Na mesma reunião da Comissão Mista de Orçamento, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou que o governo Lula da Silva decidiu fazer um “forte ajuste fiscal” agora, para permitir que o país cresça de forma sustentável nos próximos anos.

— Ou o Brasil faz seu ajuste fiscal ou não voltará a crescer. Não adianta tentar fugir disso. Primeiro, vamos mostrar que temos responsabilidade fiscal — disse.

Tal controle, destacou o ministro, aumentará a confiança dos investidores, o que permitirá ao governo reduzir as taxas de juros. Por sua vez, a redução dos juros estimulará a economia e dará ao governo maior folga para aumentar os gastos sociais, explicou.

O ministro da Fazenda praticamente repetiu suas idéias expostas na semana passada aos senadores. Ele foi questionado com veemência por deputados do PSDB, do PFL e do PPB, hoje na oposição, por conta do adiamento de gastos, prática criticada nos últimos anos por parlamentares do PT.



Palocci, aos congressistas: “Primeiro temos que mostrar responsabilidade fiscal”

Para o deputado Ricardo Barros (PPB-PR), ex-líder do governo anterior na Comissão de Orçamento, o PT no governo “chega a ser mais realista que o governo passado”, por ter decidido aumentar de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) o superávit primário, ou seja, as sobras no caixa antes do pagamento dos juros da dívida pública.

Já o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), ex-presidente da comissão, acusou o governo de “tirar, por decreto, uns R\$ 6

bilhões dos prefeitos, que não podem reagir”, ao fazer os cortes orçamentários. Isso porque, dos R\$ 14 bilhões contingenciados, R\$ 9 bilhões são de restos a pagar transferidos do governo Fernando Henrique ao governo Lula. Desse total, R\$ 3 bilhões financiavam projetos já em execução e serão pagos. Os outros R\$ 6 bilhões serão examinados caso a caso por cada ministro da área a que se referem os projetos e a palavra final será deles. Palocci disse que, se fosse quitar todos os restos a pagar de 2003, teria de “assumir gastos de dois orçamentos, o que é impossível”.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a política do governo Lula e recomendou que os parlamentares deveriam reclamar de Fernando Henrique Cardoso, pois foi ele quem deixou os restos a pagar. Observou que existem áreas em que as demandas “são tão grandes” que nem a duplicação do orçamento da área resolveria o problema, como no caso do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (ex-DNER).

“porque a inflação subiu um pouco”, elevou o superávit primário e negociou um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Isso abre espaço para que sejam reduzidos os juros e o tamanho da dívida pública, além de controlar a inflação e permitir o crescimento econômico de forma sustentada.

Ele insistiu na aprovação, pelo Congresso, da reforma da Previdência, não apenas para reduzir os gastos públicos a médio e longo prazos, mas também para sinalizar aos investidores que o governo Lula “busca realmente o equilíbrio fiscal do Estado”.

Ao explicar o contingenciamento de R\$ 14 bilhões do Orçamento, Mantega admitiu que, se a arrecadação federal se elevar, o governo poderá autorizar a liberação dessas verbas, perspectiva que “ainda não existe”, pois a arrecadação de janeiro e fevereiro caiu 0,18% em relação ao ano passado.

Aprovados créditos extraordinários

O Plenário do Senado aprovou ontem dois créditos extraordinários para o Ministério da Integração Nacional, um deles de R\$ 10 milhões e outro de R\$ 45 milhões. Foi aprovada também urgência, para votação hoje, de empréstimo de emergência no valor de US\$ 500 milhões junto ao Banco Mundial, com apoio dos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN). Na mesma sessão deliberativa, três emissoras de rádio em onda média tiveram suas concessões renovadas pelos senadores: Rádio Emissora Atalaia, de Guarapuava (PR), Rádio Caturité, de Campina Grande (PB), e Rádio São João do Sudoeste do Paraná, de São João (PR).

Comissão vai ouvir ministra sobre refinaria no Nordeste

Por iniciativa de Almeida Lima, Dilma Rousseff deverá explicar à CAE os planos do governo para investimento na área de refino de petróleo

Ao aprovar requerimento do senador Almeida Lima (PDT-SE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem convidar a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para falar sobre as orientações do governo acerca do refino de petróleo e da possível instalação de uma refinaria no Nordeste.

— Há uma necessidade imperiosa de construção de refinarias no país, diante do déficit na capacidade de refino para atender à demanda por derivados de petróleo — afirmou o autor do requerimento.

De acordo com Almeida Lima, a flexibilização do monopólio estatal sobre o petróleo não estimulou grupos multinacionais a investir em novas refinarias no Brasil. Ele observou que a Petrobras tenta há três anos, sem sucesso, conseguir um parceiro para ampliar a Refinaria de Duque de Caxias (RJ).

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) solicitou que, na audiência pública, a ministra possa falar também sobre a situação na área energética, inclusive do setor elétrico, que vai exigir atenção do governo nos pró-



Conforme Almeida Lima, construção de refinarias é “uma necessidade imperiosa”

ximos anos. Ele disse que ainda há dúvida se a Petrobras vai optar pela ampliação de uma refinaria existente ou pela construção de uma nova e, se esse for o caso, em que local ou região ela seria construída.

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram o requerimento e defenderam a instalação da refinaria no Nordeste. Cada um pediu que o empreendimento vá para seu estado.

De acordo com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a construção da refinaria significaria investimentos entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões. Por isso, ele defendeu que o processo de escolha seja técnico, levando em conta a produtividade

e a eficiência econômica.

— Não deve ser pretensão do Senado que se tome decisão com base em pressão política. Os estados do Nordeste têm aspirações legítimas. Se houver pressão de todos os lados, o jogo vai acabar empatado e o Nordeste acabará não levando — ponderou, após anunciar que o Ceará já dispõe de estudo de viabilidade econômica para a refinaria, existindo um parceiro para a Petrobras no investimento.

No mesmo sentido, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou acreditar que, no passado, a pressão política surtiu efeito contrário e o Nordeste acabou sem a refinaria. Assim, ele defendeu que a escolha deve se ater ao exame técnico.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) entende, ao contrário, que a escolha do local para construção da refinaria deve ser política. O ex-governador sugeriu Paulistana, no Piauí.

Na opinião de Almeida Lima, tratando-se de investimento público, a decisão será política, levando em conta aspectos técnicos e sociais, que contribuirão para que a refinaria vá para o Nordeste.

Valadares quer esclarecer indício de especulação

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram na reunião de ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitando informações sobre as operações financeiras decorrentes da divulgação, pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), da descoberta de um novo poço de petróleo em Sergipe. A divulgação aconteceu na semana passada e, de acordo com Valadares, existem indícios de vazamento de dados privilegiados para alguns investidores da Petrobras.

Valadares disse que ficou muito satisfeito com a notícia da descoberta de um poço gigante de petróleo em seu estado, mas com dúvidas quanto ao fato de existirem informações conflitantes sobre sua



Valadares: notícia de descoberta de poço pode ter favorecido investidores

real capacidade. De acordo com o senador, enquanto a ANP indica capacidade produtiva de 1 bilhão e 900 milhões de barris, alguns especialistas apontam uma capacidade equivalente a até 45% desse total.

Ele também questiona a decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de não investigar as operações financeiras decorrentes do anúncio da ANP, sob a alegação de que não ocorreram variações consideráveis no volume dessas operações em relação à média mensal. Por isso, Valadares pediu dados sobre a média do volume de negócios registrados nos cinco dias anteriores e nos cinco posteriores ao anúncio da descoberta e, ainda, sobre a média dos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano. Segundo ele, existem informações de que no dia anteri-

or ao anúncio houve um acréscimo de 45% no volume de negócios da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em relação ao volume médio do mês de fevereiro.

— A notícia dada pela ANP fez subir as ações da Petrobras e muitos ganharam — acentuou Valadares.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) apoiou o requerimento, porém comentou que não tem dúvidas quanto ao poço, que, explicou, tem capacidade efetiva muito grande, mas uma possibilidade de extração que pode variar de 5% a 45% desse total.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a iniciativa de Valadares e afirmou que o Executivo dará todo tipo de apoio a apurações dessa natureza. Para ele, o que está em discussão é se houve especulação promovida por uma agência reguladora.

— O governo não vai tolerar esse tipo de manobra — salientou.

Escassez de água está se agravando, adverte Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que não vê “muitos motivos” para comemorar o Dia Internacional da Água, no próximo dia 22. Segundo ele, apesar dos esforços mundiais na busca de soluções para a carência de água, os resultados são escassos.

Com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Lobão informou que os investimentos mundiais em infra-estrutura de abastecimento deveriam atingir o mínimo de US\$ 23 bilhões para reduzir apenas à metade, até o ano de 2015, a massa de população que não tem acesso à água potável. Hoje, acrescentou, esses investimentos estão na faixa dos US\$ 16 bilhões anuais.

Na área de saúde, Lobão lembrou que as doenças causadas pela falta de água ou pelo consumo de água insalubre já atingem e ameaçam 3,4 bilhões de pessoas em todo o planeta, cerca de 50% da população mundial. Ele ressaltou que, desse total, 3,5 milhões de crianças morrem anualmente vitimadas por doenças como malária, disenteria, cólera, tifo e esquistossomose. O senador lembrou ainda que a carência de água já é motivo de conflitos armados entre vários países do Oriente Médio, África e Europa. “Infelizmente, caminhamos para confirmar a dramática previsão de que dois terços da Humanidade não terão água em 2025”, observou.

— Mesmo no Brasil, onde corre



Edison Lobão registra o Dia Internacional da Água, mas vê poucos motivos para comemorar

ou dormita um quinto de toda a água doce do planeta, são conhecidos os nossos problemas relacionados à água, abundante em algumas regiões e escassa em outras. É de triste lembrança o recente racionamento de energia pelo baixo nível das águas que movimentam nossas usinas hidrelétricas. No Nordeste, a seca é habitual, mas vem se agravando nos últimos dez anos pela ausência das chuvas. Desmatamentos irresponsáveis, poluição e o comprovado aquecimento da terra são causas que pioram a distribuição de água potável em todo o país — afirmou.

Lobão informou também que, em seu estado, foi instituído o Ano Estadual dos Recursos Hídricos do Maranhão, e reafirmou seu apelo por ajuda federal para socorrer o rio Itapecuru, que abastece 2,4 milhões de pessoas em 49 municípios, inclusive a capital São Luís.

Projeto proíbe destaque a teor nutritivo de alimento

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), apresentou projeto de lei que proíbe o destaque visual das qualidades e características nutricionais de alimentos industrializados, tanto na embalagem quanto na publicidade. O senador, que é médico, propõe que o teor nutritivo desses alimentos só possa ser mencionado nas embalagens e na publicidade segundo os padrões oficiais, dentro do espaço reservado à rotulagem nutricional obrigatória e em caracteres com o mesmo tamanho das informações obrigatórias. Em sua justificativa, o senador lembra que o Brasil é um país com graves problemas de nutrição, tanto pela carência

que atinge as camadas mais pobres da população, como pelos erros e abusos nas classes médias e mais favorecidas, causados pela desinformação. É essa desinformação, segundo ele, que tem provocado obesidade em boa parte das crianças brasileiras. O exagero na publicidade sobre características nutricionais de determinados alimentos, ressaltou, leva a abusos e equívocos.

O projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovado, passará ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ser submetido ao Plenário do Senado.

Subcomissões vão debater turismo e mineração

Comissão de Assuntos Econômicos cria, em caráter temporário, órgão que terá como objetivo avaliar a política nacional do setor turístico e acompanhar o pagamento de compensações financeiras por exploração mineral a estados e municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação de duas subcomissões temporárias. Uma delas irá avaliar e acompanhar a política nacional de turismo e as potencialidades do setor no Brasil, incentivando a criação de novos pólos. A outra se dedicará ao tema da compensação financeira aos estados e municípios onde atuem empresas de extração mineral.

A proposta da subcomissão de turismo partiu dos senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Leonel Pavan (PSDB-SC). Em princípio, a subcomissão terá caráter temporário, mas Paulo Octávio propôs que ela se torne permanente, a exemplo da que existe na Câmara dos Deputados. Ele avisou que, em 90 dias, apresentará novo requerimento com esse objetivo.

A outra subcomissão foi proposta pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela recordou que os recursos minerais são finitos e que o ressarcimento é pequeno se comparado ao "estrago ambiental" provocado pela exploração mineral. Disse que essa situação não se restringe apenas ao seu estado, o Pará. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) está, segundo Ana Júlia, com o pagamento atrasado de cerca de R\$ 150 milhões relativos a essas compensações financeiras.

Os requerimentos do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para instituir duas outras subcomissões – uma para estudar a crise que atravessa o setor de aviação comercial e a outra para acompanhar a dívida pública dos estados e encontrar alternativa para re-



Tebet (D) anunciou que requerimentos criando duas outras subcomissões serão votados na próxima semana

verter o seu quadro deficitário – deverão ser votados na próxima reunião da CAE, como anunciou o presidente da comissão, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Comissão decide que propostas sobre DPVAT vão tramitar em conjunto

O projeto que determina a divulgação da possibilidade de indenização às vítimas de acidentes de trânsito pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) teve sua análise adiada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi aprovado requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior



Osmar Dias afirma que seu projeto evita o uso indevido de recursos do seguro

(PSB-AC) que solicita a tramitação conjunta da proposta com dois projetos de lei do Senado que tratam da mesma matéria.

De acordo com despacho do presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o projeto volta para a Mesa do Senado, responsável por anexar as propostas listadas por Mesquita em seu requerimento. O presidente da CAE também encaminhou à Mesa requerimento do senador Osmar

Dias (PDT-PR) solicitando a tramitação conjunta de projeto de sua autoria, de nº 37 de 2000.

Osmar Dias disse que o seu projeto é mais amplo que o texto que veio da Câmara dos Deputados. A proposta não só exige que as seguradoras dêem publicidade às indenizações, "esclarecendo as vítimas de trânsito em potencial sobre seus direitos", como, segundo o senador, evita o uso indevido dos recursos provenientes dos prêmios

do DPVAT. Osmar Dias afirmou que os recursos já foram usados até para pagamento de festas.

Pela justificativa do projeto, a atual legislação determina que 45% do dinheiro arrecadado com o prêmio do DPVAT seja destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) para custear a assistência médico-hospitalar dos segurados que se acidentaram. Outros 5% vão para o Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes.

Mas a parcela restante, conforme a justificativa, é definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados anualmente, por resolução. Desse total, apenas uma parte é utilizada na indenização de sinistros. Em 1999, por exemplo, a resolução do conselho destinou parte dos recursos à Fundação Escola Nacional de Seguros e outra aos sindicatos de corretores de seguros.

Adiada análise de projeto para aplicação de recursos

A pedido do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), o presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), adiou a análise do projeto de resolução do senador Amir Lando (PMDB-RO) que estabelece regras para que o Senado fiscalize a aplicação dos recursos provenientes de empréstimos internos e externos feitos por estados e municípios.

O relator solicitou tempo para reexaminar a matéria e disse que vai esperar o posicionamento do governo acerca do assunto para, então, apresentar o seu voto e, inclusive, propor emendas ou um substitutivo. No relatório apresentado à CAE, Jucá manifestou-se favorável à proposta de Lando, que modifica a resolução que disciplina a concessão de autorização do Senado para contratação dos financiamentos por estados e municípios.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a atitude do relator e o mérito da matéria, mas disse que o texto da proposta original precisa de adequações para ser aprovado.

Por meio de requerimento à CAE, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu a suspensão da análise do projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o seguro-garantia, até que seja realizada uma audiência pública sobre o tema. De acordo com a proposta, essa modalidade de seguro

deve ser oferecida pelas construtoras aos compradores de imóveis, para garantir que eles não sejam lesados, como ocorreu no caso da construtora Encol.

Para Paulo Octávio, pequenos e médios empreendedores poderão ter dificuldades para cumprir as exigências das seguradoras, prejudicando a construção de casas e edifícios que fazem parte de programas habitacionais. Depois de aprovado o requerimento, Tebet afirmou que a audiência será convocada "oportunamente".

Também foi adiado o exame do relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que pedia a rejeição do projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR), destinando 22% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos do setor agroindustrial. O relator explicou que reverá o seu relatório, atendendo a solicitações de parlamentares.



Lando propõe regras para Senado fiscalizar aplicação de recursos de empréstimos

Seguro é obrigatório e pago anualmente

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) é obrigatório e pago pelo proprietário do veículo junto com o licenciamento anual. Foi instituído pela Lei nº 6.194/74 com a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito. A indenização é re-

passada em casos de morte e invalidez, e há reembolso nas despesas de assistência médica e suplementares. Segundo o Anuário Estatístico de 2001 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a frota brasileira já ultrapassou 31 milhões de veículos.

Comitê anuncia ganhadoras do Diploma Bertha Lutz

Cinco mulheres de destaque na defesa dos direitos femininos, dos trabalhadores e dos negros serão homenageadas no próximo dia 27

Raimunda Gomes da Silva, Nazaré Gadelha, Emilia Fernandes, Nair Gomes de Castro e Sueli Carneiro são as cinco mulheres escolhidas ontem para receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que premia anualmente personalidades femininas que se destacam na luta pelos direitos das mulheres. O prêmio será entregue no dia 27, às 10h, no Plenário do Senado.

As escolhidas foram nomeadas pelo conselho do diploma, presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). A senadora destacou a dificuldade para selecionar cinco nomes, entre os 32 avaliados pelo conselho. Para Serys, todas as indicadas mereciam prêmios. Cada um dos sete senadores presentes indicou cinco nomes e verificaram-se os que receberam mais votos:

— A coincidência nas escolhas foi grande e isso significa que os currículos falam por si — disse Serys.

Raimunda Gomes da Silva, que recebeu quatro votos para a premiação, é quebradeira de babaçu no Tocantins. Nascida no Mara-



Serys Slhessarenko: currículos das escolhidas falam por si

nhão, é diretora da Secretaria da Mulher Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros-Mulher, sendo porta-voz de 400 mil trabalhadoras rurais extrativistas. Emilia Fernandes, que também recebeu quatro votos, foi senadora, coordenadora da bancada feminina do Congresso Nacional e hoje é secretária Nacional dos Direitos da Mulher.

Nair Jane de Castro Lima também foi agraciada com quatro votos dos senadores presentes. Empregada doméstica, Nair é moradora do Rio de Janeiro e

ocupou diversos cargos no movimento sindical e em entidades de defesa dos direitos femininos. A advogada Nazaré Gadelha teve três votos e receberá o diploma Bertha Lutz por sua atuação na defesa dos direitos humanos. Ela é coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese (CDDHD) do Acre, e já recebeu diversas ameaças de morte por seu trabalho.

Finalizando a premiação, foi indicado o nome de Sueli Carneiro, paulista moradora do Distrito Federal que se destacou no movimento de defesa das mulheres e dos negros. Fundadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, ocupa desde 1988 os cargos de coordenadora executiva e coordenadora do SOS Racismo.

O Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instalado no último dia 12, tem como vice-presidente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e conta ainda com os senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Iris de Araújo (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Papaléo Paes (PTB-AP), Magno Malta (PL-ES) e Patrícia Saboya (PPS-CE).

Almeida Lima quer reformar a Federação

O senador Almeida Lima (PDT-SE) anunciou ontem que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) para reformar o Estado brasileiro, criando nova estrutura política e jurídica de modo a atender melhor às necessidades da população brasileira. “A palavra-chave é descentralização, dando autonomia às estruturas locais de poder”, explicou.

Para ele, não é possível se aceitar uma “Federação de fachada”, em que a União legisla, tributa e decide até sobre a construção de uma pequena escola em município longínquo. Os recursos, destacou, são gerados nos estados e municípios, vão até a União e depois são alocados de volta. “Nessa ida e vinda, o dinheiro some, corroído pela corrupção”, afirmou.

Como exemplo de um sistema



Almeida Lima vai apresentar PEC reformulando o Estado brasileiro

federativo que funciona de fato, ele citou o dos Estados Unidos, onde a população, com autonomia administrativa e política, decide sobre tributos, polícia, justiça e educação. “Há consultas populares e eleições constantes para que a maioria da população realmente escolha seu destino”, observou.

Almeida Lima disse não se con-

formar com a atual situação no Brasil, onde o Executivo exerce o poder legislativo por meio de medidas provisórias sobre os mais diversos temas. Segundo ele, o Congresso fica inundado de propostas e não consegue elaborar seus próprios projetos.

Para que o país não seja condenado ao subdesenvolvimento, é preciso diminuir a presença do Estado central na economia, na administração e na elaboração legislativa, observou.

DEBATES

A fim de evitar o centralismo decisório que caracteriza o Brasil, Almeida Lima afirmou que vai insistir em que sua proposta seja amplamente debatida, não somente no Congresso, mas em todos os setores importantes da sociedade. Para ele, a Federação brasileira precisa de maior autonomia e diversidade, para que se torne verdadeira.

Quintanilha registra o aniversário do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) cumpriu o “altivo povo tocaninense” pela passagem do dia em que o estado comemora sua autonomia. Há 194 anos, por alvará expedido pelo príncipe regente D. João, era criada a comarca de São João das Duas Barras, origem do futuro estado do Tocantins.

A divisão de Goiás, criando o novo estado — o que só ocorreu em 1988 —, levou o desenvolvimento “a uma região conhecida como fundo de quintal”, segundo Quintanilha. Ele observou que não há criança fora da escola fundamental no Tocantins, estado que tem mais de 20 mil universitários e mais de 4 mil quilômetros de estradas pavimentadas.

Leomar Quintanilha disse que



Leomar Quintanilha: “orgulho e honra” em representar o estado do Tocantins

ele e os senadores João Ribeiro (PFL) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB) têm “orgulho e honra” em representar o estado. Para o parlamentar, o ex-governador José Wilson Siqueira Campos — um dos maiores responsáveis pela criação do estado do Tocantins — é “um novo bandeirante”.

“Conversa de Música” une arte e música erudita

Telas de Portinari, esculturas de Ceschiatti, móveis de época e um jardim de Burle Marx compõem o novo cenário do programa *Conversa de Música*, uma produção da TV Senado para a divulgação da música erudita no Brasil. O programa passa a ser gravado nos salões do Palácio do Itamaraty, em Brasília, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Conversa de Música é ancorado por Dora Rocha e tem a participação permanente do pianista André Tribuzy. Enquanto Dora fala sobre características de época e estilo dos compositores e das músicas apresentadas, Tribuzy explica técnicas e possibilidades de execução e interpretação musical, e conversa com os convidados sobre sua formação, interpretação e projetos.

O primeiro *Conversa de Música* gravado no Itamaraty apresenta o *Dolce Duo*, com a harpista Cristina de Carvalho e a flauta de Luciana Morato. A cada novo programa é

preparado um repertório, com André Tribuzy ao piano, e os músicos convidados, que podem tocar solo ou em conjunto.

Desde a estréia no final do ano passado, *Conversa de Música* apresentou talentos como o jovem pianista Luiz Fabiano Rabello, que aos 23 anos já fez especialização em Moscou; e o trompista Chromácio Leão, primeiro trompa solista da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, de Brasília.

Para os próximos programas já estão agendados o duo Sérgio Pontes (piano) e Pedro Bielschowski (violoncelo), jovens músicos que se formaram na Escola Superior de Música Franz Liszt, na Alemanha, e a premiada flautista Karla Dias, formada na Bélgica, e que apresenta um programa de música barroca junto com a cravista Ana Cecília Tavares.

Conversa de Música vai ao ar às sextas-feiras, às 21h30, com reprises no sábado, às 14h30, e domingo, às 20h. Na segunda, é possível rever o programa *Dolce Duo* às 19h.

Conselho vai investigar grampo na Bahia

Por nove votos a favor e seis contra, senadores ratificam posição do presidente do colegiado, Juvêncio da Fonseca, de abrir "sindicância primária e preliminar" para apurar escutas ilegais feitas pela Secretaria de Segurança

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado vai investigar as escutas telefônicas ilegais feitas pela Secretaria de Segurança da Bahia e a suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nessas ações. A decisão foi tomada ontem, quando os senadores ratificaram, por nove votos a favor e seis contra, a po-



Juvêncio da Fonseca preside reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado

sicção do presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), de abrir "sindicância sumária e preliminar" para apurar o caso. O relator do processo será o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Eleito no início da reunião de ontem para mais um mandato à frente do Conselho de Ética, Juvêncio assegurou ter a prerrogativa de decidir sobre o requerimento do PT que solicitava a abertura de sindicância.

— Tenho prerrogativa para decidir, mas qualquer decisão será sempre submetida ao colegiado. O conselho tem que ser transparente e as decisões devem refletir a média do colegiado — disse, antes de anunciar sua posição e

submetê-la aos demais integrantes do órgão.

Um dos senadores favoráveis à abertura da sindicância, Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu a realização de investigações "sem pressões ou emoções". Para ele, o Senado não pode deixar de investigar um episódio tão grave. Para o senador Flávio Arns (PT-PR), a sindicância pode significar uma oportunidade para que o próprio senador Antonio Carlos Magalhães se defenda.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), pediu a conclusão das investigações pela Polícia Federal antes que o Senado comece a analisar o assunto. O vice-presidente do conselho, senador Demóstenes Torres (PFL-

GO), citou a resolução que instituiu o cargo de corregedor do Senado para sustentar que o episódio deveria ser preliminarmente acompanhado pelo corregedor. Havendo indícios de participação de senador em ato ilícito, afirmou Demóstenes, o corregedor solicitaria a abertura de processo no Conselho de Ética.

Ao final da reunião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) comentou rumores de que seria pedida a reabertura do processo sobre a violação do painel do Senado, na votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão. Segundo ela, trata-se de especulações próprias de casas legislativas, com o objetivo de desviar a atenção das investigações do conselho.

Mesquita, o relator, promete agir com serenidade

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) será o relator da sindicância instituída ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para apurar escutas telefônicas ilegais na Bahia e a suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães. Amanhã, Geraldo Mesquita deve apresentar um cronograma de depoimentos para o início das investigações.

— Não vou trabalhar movido por sentimentos pequenos. Vou agir com serenidade, ouvindo a minha consciência e respeitando os princípios gerais do Direito e o amplo direito de defesa — afirmou o relator.

O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS),

sugeriu que os primeiros a falar sejam os jornalistas da revista *IstoÉ* Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha. Eles teriam provas do envolvimento de Antonio Carlos no episódio. Outra possibilidade é a de que os trabalhos comecem com o depoimento do delegado Gesival Gomes, que preside o inquérito da Polícia Federal.

Geraldo Mesquita disse que não está descartado o aproveitamento de parte do trabalho feito pela Polícia Federal. Mesmo sem fazer previsão para o término da sindicância, ele garantiu que tentará dar a maior celeridade possível ao processo.



Geraldo Mesquita deve apresentar amanhã cronograma de depoimentos

Suassuna propõe normas mais rígidas para escuta

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de lei que cria normas mais rígidas para escuta telefônica autorizada por juiz e aumenta a pena para a escuta ilegal ou clandestina. A pena passa a ser de dois a cinco anos de prisão, além de multa. A punição aumenta de um terço até metade caso o crime seja praticado por funcionário público no exercício das funções.

O projeto do senador muda vários dispositivos da lei de 1996 que regulamenta o inciso XII do artigo 5º da Constituição, que estabelece os procedimentos legais para interceptação telefônica. O senador propõe que, terminada a diligência policial, a autoridade encaminhe o resultado ao juiz imediatamente, com relatório deta-

lhado de todas as operações realizadas, para impedir utilização ilegal ou com finalidades diferentes.

Outra proposta é que, quando a instrução processual estiver concluída, todas as pessoas submetidas à escuta telefônica sejam comunicadas de que foram alvo desse tipo de investigação, tenham ou não sido indiciadas ou denunciadas. A gravação que não interessar à prova será inutilizada imediatamente por decisão judicial, por requerimento do Ministério Público, que acompanhará a destruição material das gravações. "No estado democrático de direito, não é admissível que as pessoas cujas conversas sejam interceptadas tomem conhecimento de tal fato apenas pela imprensa", diz o senador.

Crise no setor de energia deve ser debatida na CFC

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) analisa amanhã nove requerimentos de senadores. O presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), solicita do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, informações sobre a extensão da crise no setor energético. Suassuna pede o mesmo ao presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, e ao presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa. O senador quer também a presença de Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para prestar esclarecimentos sobre a atuação das agências.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) requer a constituição de uma subcomissão permanente no âmbito da CFC para fiscalizar a atuação das agências reguladoras. Ela solicita ainda a realização de audiência pública com Jorge Eduardo Levi Mattoso, presidente da Caixa Eco-



Ana Júlia requer subcomissão permanente para fiscalizar agências reguladoras

nômica Federal, para que fale sobre a política que pretende implementar na instituição.

Heloísa Helena (PT-AL) pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma inspeção seguida nos convênios entre a agência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em Barra do Corda (MA) e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda. Eurípedes Camargo (PT-DF) quer audiência pública com o corregedor-geral da União, Waldir Pires, para que seja mais conhecida a atuação do órgão.

Ensino básico deve incluir noções de cidadania

Conteúdo terá como base dispositivos da Constituição, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor

Noções de cidadania sobre os direitos e deveres individuais e coletivos poderão integrar os currículos do ensino fundamental e médio. A Comissão de Educação, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovou na reunião de ontem, em decisão terminativa, substitutivo oferecido pelo senador José Jorge (PFL-PE) a projeto de lei apresentado em maio de 2002 pelo então senador Chico Sartori. José Jorge anunciou que encabeçará recurso para que o projeto seja submetido a votação no Plenário do Senado.



Substitutivo aprovado na Comissão de Educação estabelece que tema integrará currículo de outras disciplinas

Originalmente, o projeto determinava que as noções de cidadania seriam ministradas como uma

disciplina específica do ensino fundamental e do ensino médio, e não como conteúdo a ser incluí-

do no currículo de outras disciplinas. Os senadores, no entanto, acolheram argumento do senador José Jorge, segundo o qual é da competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) criar e estabelecer a inclusão de disciplina nos currículos.

De acordo com o projeto, o conteúdo das noções de cidadania terá como base dispositivos da Constituição federal, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente.



Antero Paes de Barros argumenta que há medidas mais eficazes para apoio aos professores

Educação poderá ter autonomia para aprovar as concessões de rádio e TV

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), designou o senador Gerson Camata (PMDB-ES) como relator do projeto de resolução que dá competência ao colegiado para aprovar em caráter terminativo todos os decretos legislativos que tratam de concessão ou renovação de canais de rádio e de televisão.

Osmar Dias admitiu que a aprovação do projeto reforçará a atuação da comissão, dando maior poder ao órgão, mas observou que os trabalhos da CE poderão ser prejudicados, já que a decisão terminativa exige voto nominal. O senador manifestou sua preocupação com o grande volume de processos sobre rádios que deverá ser enviado, nos próximos meses, pelo Ministério das Comunicações ao colegiado.

Gerson Camata concordou com

a ponderação do presidente da CE e sugeriu a criação de subcomissões para análise de autorizações de rádio e televisão, as quais seriam, posteriormente, votadas em bloco pela comissão. As reuniões, de acordo com a sugestão de Camata, seriam realizadas separadamente das sessões ordinárias da CE, o que facilitaria o funcionamento normal dos trabalhos do colegiado. Osmar Dias achou oportuna a ideia de Camata.

CRITÉRIOS

Na mesma reunião, a comissão aprovou requerimento de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) convidando o secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Eugênio Fraga, para prestar esclarecimentos sobre os critérios de concessão e renovação de canais de rádio e de televisão. A data da audiência pública ainda

será marcada.

Foram aprovados, ainda, pareceres favoráveis a autorização para as seguintes emissoras: Canoinhas, em Florianópolis (SC); Cruzeiro, de Glorinha (RS); Vitória Comunicação, de São Gonçalo do Sapucaí (MG); Vera Cruz, de Vera Cruz (BA); Maria Efigênia Ferracini, de Assis Chateaubriand (PR); Sesal, de Cambé (PR); Divisanoense, de Divisa Norte (MG); Associação Bonjesuense, de Bom Jesus do Galho (MG); Associação do Bairro dos Funcionários, de Fruta de Leite (MG); Beneficente Cultural, de Santana da Vargem (MG); Seridó Central, de Caicó (RN); Ouro Negro, de Alto dos Rodrigues (RN); José Paulino, de Jassanã (RN); Centro Social Presidente Tancredo Neves, de São Miguel (RN); Associação Rodol-



Gerson Camata vai relatar projeto que dá mais poderes à Comissão de Educação

fense, de Rodolfo Fernandes (RN); Associação Tabaporãense, de Tabaporã (MT); Clube FM, de Arenópolis (MT); Elo, de Caruaru (PE); Esperança e Paz, de Ouro Preto d'Oeste (RO); Samaúma, de Cacoal (RO), e Associação Interativa Jaruense, de Jaru (RO).

A pedido do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a renovação da concessão da Elo Comunicação, de Maceió (AL), não foi aprovada. Segundo informou o senador, houve irregularidade na licitação.

Desconto na compra de livro didático é rejeitado

Por unanimidade, foram rejeitados ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dois projetos de lei que tramitavam em caráter conclusivo no colegiado. Um deles, do senador Álvaro Dias (PDT-PR), pretendia tornar obrigatória a concessão de desconto de 30% para professores na compra de livros didáticos. O outro projeto, do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), sugeria a criação de um programa de financiamento aos profissionais liberais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste.

O relator do projeto sobre os livros, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), reconheceu a boa intenção da proposição de Álvaro Dias, mas recomendou a recusa da matéria, alegando que existem medidas mais eficazes para se promover o apoio aos docentes.

Já o relator do projeto que instituiu o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), senador João Alberto Souza (PMDB-MA), justificou seu voto contrário à matéria informando que já existem linhas de crédito criadas no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Ministério do Trabalho, destinadas a beneficiar os profissionais liberais, operacionalizadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Os dois projetos só continuarão a tramitar se houver recurso de um décimo do total de senadores para apreciação em Plenário. Caso contrário, serão arquivadas.

Projeto estende incentivo a festival de cinema

Mostras e festivais audiovisuais poderão contar com incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), conhecido como Lei Rouanet, a exemplo do que já ocorre com as artes cênicas, música erudita, livros de valor artístico, literário ou humanístico e, entre outras manifestações culturais, exposições de artes plásticas.

A decisão é da Comissão de Educação (CE), que aprovou on-

tem, em turno suplementar e em caráter terminativo, substitutivo do ex-senador Ricardo Santos a projeto do também ex-senador Lúcio Alcântara, estendendo o benefício a mostras e festivais audiovisuais.

Segundo o relator, a medida irá propiciar o estímulo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e dará ao setor condições de competição nos mercados interno e externo.

Na mesma reunião, a comissão acolheu projeto de iniciativa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), licenciado, que inscreve o nome de Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré – patrono da Marinha – no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. O parecer, favorável, foi apresentado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG).



Aelton Freitas é a favor da inscrição do nome de Tamandaré no Livro dos Heróis da Pátria

Viana pede atenção para doenças cardiovasculares

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), classificou a revisão da política de prevenção e controle das doenças cardiovasculares como o grande desafio que se impõe ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva na área da saúde. O senador lamentou a insensibilidade das autoridades do setor para o problema, que, segundo ele, se reflete no fato de o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) não tratar da questão sequer como matéria de importância.

Tião Viana abordou o assunto ao convidar os senadores, em pronunciamento feito no Plenário, a participarem do simpósio "Doenças Cardiovasculares – A Grande Epidemia do Século 21", realizado ontem no auditório do Interlegis, no Senado Federal. O simpósio tem o apoio da Federação Interamericana de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, do Instituto do Coração de São Paulo e da Fundação Zerbini.

O senador citou dados segundo os quais 160 mil brasileiros morrem todos os anos em razão de doenças cardiovasculares. Em todo o mundo, uma em cada três mortes ocorrem por doenças cardiovasculares, informou.

Tião Viana lembrou que existem vários programas comunitários em todo o mundo, em aeroportos, meios de transporte, estádios esportivos e cidades de pequeno e



Tião Viana: 160 mil brasileiros morrem todos os anos em razão de doenças cardiovasculares

médio porte que educam a população e colocaram a sua disposição equipamentos necessários à prevenção de doenças cardiovasculares. Ele lamentou que, apesar de não haver outra maneira de socorrer uma pessoa vítima de morte súbita (por acidente cardiovascular), o Brasil ainda não adotou os desfibriladores externos automáticos, desenvolvidos com tecnologia simplificada e disponíveis em inúmeros países, como recurso de saúde pública.

Viana lembrou os hábitos modernos causadores das doenças cardiovasculares, entre eles a dieta rica em gorduras, sal e açúcar refinado, a ingestão de calorias acima das necessidades, o tabagismo, o sedentarismo e o estresse.

Tebet cobra rapidez na indenização a anistiados

Senador apela ao governo federal para que acelere análise dos processos envolvendo pessoas perseguidas durante regime militar

A morosidade no pagamento de indenizações a anistiados políticos contemplados pela Lei nº 10.559/02 levou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em Plenário, ontem, a apelar ao governo federal para que não paralise o processo de análise, julgamento e pagamento desses benefícios.

– A norma jurídica já é clara e só precisa ser aplicada em sua plenitude – afirmou.

Segundo Tebet, a União ainda não reservou dotação orçamentária para custear as indenizações aos anistiados políticos, civis e militares, "punidos à época do regime autoritário por pensarem diferente". Embora reconheça que "não há dinheiro que pague a perda da vida, da tranquilidade e do futuro", o senador peemedebista observou que essa compensação financeira procura reparar uma injustiça praticada



Ramez Tebet: cumprimento da Lei 10.559 vem sendo feito muito lentamente

contra brasileiros "que lutaram em favor de seus ideais e de uma vida democrática".

– Muitos dos possíveis beneficiários dessa lei tiveram suas punições estabelecidas ainda na década de 60. É gente que hoje deveria estar aproveitando uma aposentadoria digna, com famí-

lia criada, netos, uma boa receita para ter um pouco de paz de espírito. Em vez disso, vive um presente de altos e baixos – comentou o senador.

Por envolver recursos públicos, Ramez Tebet admite a cautela no exame dos pleitos, mas não a aceita como motivo para atrasar a liberação das indenizações já acatadas. E ressalta que a lei já prevê a possibilidade de anulação do benefício e ressarcimento aos cofres públicos do valor pago indevidamente.

De agosto de 2001 a fevereiro de 2002, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça apreciou, conforme informou o parlamentar, 2.285 processos dos quais quase 20 mil já protocolados. A partir de recentes declarações do novo presidente do colegiado, Marcello Lavenère, Tebet está confiante de que os trabalhos sejam agilizados. Lavenère anunciou que a retomada das atividades em torno dos anistiados políticos ocorrerá amanhã.

Simon defende criação de número único para identificar brasileiros

Como forma de colaborar com o debate sobre segurança no Brasil, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a cobrar a regulamentação da lei proposta por ele, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, que institui o número único para registro e identificação dos brasileiros. Apesar de aprovada, a lei nunca foi cumprida por falta de regulamentação.

– Em vez de haver milhões de números numa carteira de registro bancário e tudo o mais, cada cidadão se identificará com o seu número. E por que relaciono esse assunto à segurança? Porque esse título, essa decisão, esse número único facilitará enormemente a identificação do cidadão – explicou.

Simon lembrou que a CPI do Sistema Financeiro encontrou uma grande quantidade de contas bancárias fantasmas, em que Paulo César Farias, tesoureiro de cam-

panha do ex-presidente Fernando Collor, movimentava ilegalmente o produto da corrupção.

– Quando encontramos uma quadrilha, há uma imensidão de carteiras de identidade, de carteiras de motorista, de certificados de automóveis e caminhões e de títulos falsos de determinado cidadão, com várias personalidades que o identificam. É uma coisa fantástica – acrescentou.

Simon disse que procurou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e entregou-lhe toda a tramitação da lei no Congresso Nacional.

– O ministro afirmou que o governo tem interesse na matéria e pensa em colocá-la em dia. Quando se fala em medidas necessárias para o combate à violência, a história tem mostrado que para o governo ter controle do contexto da sociedade deve saber que há



Simon: cada cidadão se identificaria com o seu número, aumentando a segurança

170 milhões de números, um para cada cidadão, e que não existe uma pessoa com dez contas bancárias, três carteiras de identidade, dois ou cinco passaportes, burlando e desmoralizando a lei.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que Mato Grosso viveu e ainda vive o problema do crime organizado, mesmo após ter feito a CPI do Combate ao Narcotráfico na assembléia estadual.

Projeto muda regras sobre as cargas radiativas em aviões

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto que acrescenta, no Código Brasileiro de Aeronáutica, a proibição do transporte de materiais radiativos em aeronaves que levem passageiros. A matéria será analisada inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, encaminhada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para decisão terminativa.

Hélio Costa lembrou episódio ocorrido há alguns anos com um Boeing 737 da Varig, que permaneceu mais de três horas parado no aeroporto de Guarulhos (SP) por suspeita de contaminação radiativa, em virtude de uma cápsula de césio 137 que estava sen-



Hélio Costa: autor do projeto, que passará por duas comissões

do transportada no compartimento de carga da aeronave.

– Embora técnicos do Instituto de Pesquisa de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo, após demorado exame da cápsula, garantissem que o césio estava perfeitamente acondicionado, sem riscos para os ocupantes do avião, um clima de medo e indignação instalou-se entre os passageiros, logo tomados pelas lembranças do acidente radiativo de Goiânia – afirmou.

Mesmo sem ter deixado consequências mais graves, registrou Hélio Costa, o fato deve servir como alerta de que não vale a pena colocar em risco a integridade dos passageiros e a confiabilidade do voo com o transporte de cargas perigosas.

Valadares: governo FHC foi omissivo sobre transgênicos

Estado deveria ter fiscalizado e impedido o plantio de soja geneticamente modificada no país, ressalta o senador

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) atribuiu ontem à omissão e negligência do governo passado o problema enfrentado pela atual safra brasileira de soja. Ele acha que o Estado poderia ter fiscalizado e coibido o plantio de soja transgênica, cultura proibida no território nacional.

Contra esse cultivo, Valadares sustentou que a agricultura orgânica é plenamente viável e rentável, bastando ver seu rendimento potencialmente superior ao do modelo que se pretende transplantar, "tão ao gosto dos viciados na agricultura química, mecanizada, que já expulsou do campo metade das famílias de trabalhadores".

Segundo o senador, cerca de 8% da safra brasileira de soja em 2003 é transgênica, o que representa aproximadamente R\$ 1 bilhão. Ele também afirmou que, só no Rio Grande do Sul, o percentual de soja transgênica se aproxima de 80% da produção do estado. Para resolver o problema, ele disse que agora é necessário levar em con-



Valadares considera importante manter o rigor na proibição do plantio de soja transgênica

sideração os aspectos sociais e econômicos dessa safra.

— Se por um lado é importante encontrar uma solução jurídica que permita seu escoamento, a fim de evitar prejuízos às famílias de pequenos agricultores e desemprego no campo, por outro lado, também é importante que o poder público mantenha o rigor na proibição do plantio de soja transgênica — pregou o senador.

PROJETO

Valadares referiu-se a projeto de sua autoria que suspende até 2004 a produção e a comercialização de organismos genetica-

mente modificados. Junto com proposição da senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, a matéria ainda não foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme Valadares, em razão de expediente que protela decisão definitiva do Senado sobre o assunto, seu projeto será apreciado também pelas comissões de Educação, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Ele também observou que o atual debate sobre transgênicos foi aberto, no Brasil, pela empresa Monsanto, que teve sua soja aprovada para comercialização e consumo humano pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) — órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia responsável pelo controle das atividades e produtos geneticamente modificados —, a qual, ainda no governo anterior, dispensou nessa decisão o necessário estudo de impacto ambiental. Valadares crê que a ministra Marina Silva corrigirá essa distorção.

Mestrinho alerta para risco de atraso

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou preocupante e sem sentido a proibição do cultivo de produtos geneticamente modificados no Brasil. Ele pediu ontem reflexão sobre o uso da biotecnologia na agricultura, tema que, em sua opinião, diz respeito ao processo de desenvolvimento nacional, ao fortalecimento da economia e à melhoria das condições de vida do brasileiro, especialmente dos que se dedicam a atividades do campo.

Ele disse que o Brasil tem pago um preço muito alto por seu atraso na corrida tecnológica e citou como exemplo o equívoco que significou a tentativa de fazer reserva de mercado para a informática. De acordo com Mestrinho,



Mestrinho pede reflexão sobre o uso da biotecnologia

com a democratização da informática no limiar do novo milênio, a nova onda do conhecimento já é a biotecnologia.

O parlamentar afirmou que as soluções da biotecnologia são adotadas cada vez mais pelos países desenvolvidos — "nossos concorrentes diretos". Outra afirmação do senador: os alimentos geneticamente modificados são consumidos por mais de 55% da população mundial, produtos comprovadamente seguros em seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente.

O senador ressaltou que a indústria que respaldou o mercado de defensivos agrícolas se tornou poderosa e hoje movimentada cerca de US\$ 40 bilhões. Disse ainda que, no Brasil, os negócios

com agrotóxicos alcançam a cifra de US\$ 2,5 bilhões e que esses custos não foram capazes de reduzir as pragas que atacam as safras convencionais no mundo inteiro, que já receberam mais de 3 milhões de toneladas de inseticidas clorados.

Conforme Mestrinho, os danos resultantes dos agrotóxicos já alcançaram a cadeia genética humana e o meio ambiente, sobretudo o solo e os aquíferos. Ele considera que essa indústria se levanta contra as soluções da biotecnologia em função dos interesses de mercado.

Apartearam Mestrinho, solidarizando-se com sua preocupação, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Mão Santa (PMDB-PI), Ney Suassuna (PMDB-PB), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Hélio Costa (PMDB-MG) e Marco Maciel (PFL-PE).

Jucá aponta contradições diante da "MP antiinvasão"

A indefinição do governo com relação à medida provisória (MP) que proíbe a reforma agrária em terras invadidas pode levar a um clima de insegurança e à violência no campo, avaliou ontem Romero Jucá (PSDB-RR). O senador apresentou requeri-



Jucá: "É inadmissível que o presidente do Incra apóie invasões"

mento pedindo a convocação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, para esclarecer a posição do governo sobre a Medida Provisória nº 2.183, conhecida como "MP antiinvasão".

— O cerco do MST contra o governo começa a se fechar e, da forma que anda a carruagem, será revogada a MP que é ainda um pequeno freio à invasão de terras — afirmou o senador.

Jucá trouxe a Plenário recortes de reportagens como prova da indefinição do governo e do PT. Em uma delas, o presidente nacional do PT, José Genoíno, critica a invasão de prédios públicos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por ou-

tro lado, resolução do partido aponta a necessidade de mudar a medida provisória.

Em outra reportagem, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) afirma que haverá mudanças na MP e que não concorda com mecanismos de punição aos trabalhadores sem terra.

— É inadmissível que o presidente do Incra apóie invasões de terra — criticou Jucá.

Suassuna pede ampla reabertura do Refis

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem "a reabertura ampla" do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e conclamou os senadores, "tanto os governistas como os de oposição, a se unirem em torno dessa justa bandeira das empresas brasileiras". Para isso, acrescentou, é preciso derrubar o veto apostado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso à medida provisória que promovia essa reabertura.

— Apesar de essa medida ter traduzido amplo entendimento entre os partidos, o ex-presiden-



Suassuna defende apoio a "bandeira das empresas"

te vetou-a em face do pedido da equipe de transição do novo governo — explicou.

Suassuna lembrou que o Refis foi lançado em 2000, quando cerca de 129 mil pessoas jurídicas, fazendo jus a um regime especial de consolidação e parcelamento de débi-

tos, assumiram suas dívidas com a Receita Federal e com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e voltaram a ter situação fiscal regularizada. Os resultados manifestaram-se em expressiva arrecadação, cerca de R\$ 1,790 bilhão resultante do Refis apenas em 2002.

Vantagens do programa

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis) foi criado em 2000 para que pessoas jurídicas regularizassem os débitos com a Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Instituído pela Lei nº 9.964, abrangeu todos os impostos, taxas e multas no âmbito dos três órgãos, à exceção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A vantagem do Refis estava em possibilitar aos devedores o parcelamento da dívida tributária em um prazo longo. Além disso, a inclusão no programa garantiu ao devedor a retirada do nome do Cadastro de Inadimplentes (Cadin).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Ney Suassuna e Mozarildo Cavalcanti